



ATA DE JULGAMENTO SEI

Ata de julgamento da proposta de preços e documento de habilitação apresentado pela empresa arrematante referente ao **Pregão Eletrônico nº 113/2017**, plataforma do **Banco do Brasil nº 682206** referente ao Registro de Preços, destinado à futura e eventual **Aquisição de Materiais Químicos, Saneantes e Cosméticos**. Aos 29 dias de agosto de 2017, reuniram-se na Coordenação de Suprimentos, a Pregoeira Sra. Silvia Cristina Bello e Karla Borges Ghisi e Eliane Andrea Rodrigues, membros da equipe de apoio, ambos designados pela Portaria nº 082/2017, para julgamento da proposta de preços e documentos de habilitação apresentado pela empresa arrematante. Considerando que a empresa arrematante foi convocada através da Ata de Julgamento publicada no dia 22 de agosto de 2017, para apresentar a proposta de preços e os documentos de habilitação, conforme dispõe o subitem 10.3 do Edital, cujo prazo final para recebimento do mesmo encerrou-se em 28 de agosto de 2017, a Pregoeira procede ao julgamento: **ITEM 01 - PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA**, no valor unitário de R\$ 3,60; considerando que decorrido o prazo máximo de 04 dias úteis para o encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, constatou-se que a empresa não entregou os documentos, descumprindo o subitem 10.3 do Edital, sendo assim a Pregoeira a declara **desclassificada**. Diante do exposto, fica a empresa **BRIJARAGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIG.**, que detêm a proposta subsequente na ordem de classificação, nos termos do subitem 10.9 do Edital, convocada a encaminhar a proposta e documentação de acordo com o disposto no subitem 10.3 do Edital, no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, ou seja, até dia 04 de setembro de 2017. Nada mais havendo a tratar foi encerrada esta ata que vai assinada pelos presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Cristina Bello, Servidor (a) Público (a)**, em 29/08/2017, às 15:22, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Andrea Rodrigues, Servidor (a) Público (a)**, em 29/08/2017, às 15:36, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Borges Ghisi, Servidor (a) Público (a)**, em 30/08/2017, às 09:24, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **1054671** e o código CRC **1D7BB2ED**.